



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

PREGÃO
ELETRÔNICO
N.º 65/2026 - SERMALI

CONTRATANTE (UASG)

Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais – UASG N.º 987885
Pregoeiro (a) Carla Patrícia Batista dos Santos e equipe de apoio, designados mediante Decreto Municipal n.º 6.951, de 11 de dezembro de 2025.

OBJETO

Registro de preço para aquisição de material médico hospitalar de natureza comum, essencial a continuidade e qualidade na prestação dos serviços de saúde para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de São José dos Pinhais.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 4.114.052,13

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 08/07/2026 às 09:30h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item/lote

MODO DE DISPUTA:

Aberto



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2026

O Município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, através da Secretaria Municipal de Recursos Materiais e Licitações, no uso de suas atribuições legais, leva ao conhecimento dos interessados que realizará licitação, para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal n.º 5.807, de 29 de dezembro de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de material médico hospitalar de natureza comum, essencial a continuidade e qualidade na prestação dos serviços de saúde para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de São José dos Pinhais**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens e lote/grupo, conforme tabela constante no Anexo II – Orçamento da Administração, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse, e devendo oferecer proposta para todos os itens que compõem o lote/grupo.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O Município de São José dos Pinhais NÃO permitirá adesão às Atas de Registro de Preços decorrentes desta licitação.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas futuras correrão por conta da rubrica 33.90.30.00.00 - MATERIAL HOSPITALAR e 3390320000 - OUTROS MATERIAIS P/DISTRIB. GRATUITA.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

4.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5. Livre concorrência.

4.6. Não poderão disputar esta licitação:

4.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

4.6.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

4.6.10. Pessoas Físicas;

4.6.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

- 4.6.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.7. O impedimento de que trata o item 4.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 4.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.6.2 e 4.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 4.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 4.10. O disposto nos itens 4.6.2 e 4.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 4.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 4.12. A vedação de que trata o item 4.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 5.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 5.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 5.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, exclusivamente pelo e-mail pregoeiros.sermali@sjp.pr.gov.br (aos cuidados da Pregoeira – Carla Patrícia Batista).



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

5.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Autoridade Competente, nos autos do processo de licitação.

5.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação ocorrerá após as fases de apresentação de propostas de lances e de julgamento.

6.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.4.1. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 6.3. a 6.4.1. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

6.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública

6.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.9.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.9.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.10. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.10.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.11. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 6.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. valor unitário e total do item/lote, em algarismo, com 2 (duas) casas decimais;

7.1.2. Marca;

7.1.3. Fabricante;

7.1.4. Quantidade cotada

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

7.2.2. Quando o descritivo cadastrado no COMPRASGOV não corresponder ao especificado no Edital, o fornecedor deverá considerar apenas o disposto no Edital – ANEXO II.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.5.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

7.5.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

7.6. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Município, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item em algarismo com 2 (duas) casas decimais.

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo de real).

8.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

8.10. O procedimento seguirá o modo de disputa:

8.11. **"ABERTO"**, sendo que neste modo de disputa os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

- 8.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 8.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 8.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 8.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 8.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 8.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 8.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

- 8.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 8.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 8.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 8.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 8.19.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - 8.19.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - 8.19.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - 8.19.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 8.19.2. Em igualdade de Condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 8.19.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - 8.19.2.2. Empresas brasileiras;
 - 8.19.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 8.19.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

8.19.3. Persistindo o empate, a classificação se fará, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados.

8.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.20.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

8.20.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.20.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.20.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.20.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital.

8.20.6. Deverão ser **apresentados** juntamente com a proposta vencedora os documentos abaixo relativos à qualificação do produto, no prazo e condições do item 10.1.1.4.

8.20.7. **CERTIFICADO DE REGISTRO DO PRODUTO ou NOTIFICAÇÃO** no Ministério da Saúde, conforme Art. 12 da Lei n.º 6.360/1976, ou cópia legível da publicação do Registro do Produto no DOU, ou Solicitação de Revalidação, dentro do prazo previsto em lei.

8.20.8. Para produtos dispensados de registro, as proponentes deverão **APRESENTAR o CERTIFICADO DE ISENÇÃO DE REGISTRO** ou sua publicação no DOU, se for o caso, conforme RDC/ANVISA nº 185, de 22 de outubro de 2001.

8.20.9. O número de registro do produto deverá corresponder àquele concedido pelo Ministério da Saúde para o produto cotado. Não serão aceitos números de protocolos de registro, somente números de protocolos de revalidação de registro.

8.20.10. Na apresentação do Certificado ou Notificação, ou cópia legível da publicação do Registro do Produto no DOU, ou a Solicitação de Revalidação dentro do prazo previsto em lei, ou Certificado de Isenção de Registro, a proponente deverá identificar a que item se refere tal documento.



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

8.20.11. A não comprovação deste registro acarretará na desclassificação da proposta. Serão aceitos documentos emitidos pelo site da ANVISA.

8.20.12. Para o subitem 8.20.7, poderá o fornecedor optar apenas por INFORMAR o REGISTRO DO PRODUTO em sua proposta, a Comissão da Secretaria Municipal de Saúde, responsável pela análise técnica, deverá consultar o Registro no site da ANVISA, e quando não localizado, por quaisquer motivos, reprovará a proposta.

8.20.13. Apresentar de maneira auxiliar e quando solicitado, para exame das propostas, se houver: MANUAL DE INSTRUÇÕES, FICHA TÉCNICA DO PRODUTO, FICHA DE INFORMAÇÃO SOBRE SEGURANÇA DO PRODUTO - FISPQ, CATÁLOGO ou PROSPECTO do material cotado totalmente legível, que contiver todas as informações necessárias para comparar as especificações do material com descritivo técnico contido no edital. Quando o documento estiver em língua estrangeira, deverá apresentar tradução, na forma da legislação brasileira. Entende-se por catálogo, prospecto, certificado ou manual, documento elaborado pelo fabricante ou extraído de consulta realizada pela *Internet* na página oficial do fabricante. No último caso, além da cópia, deverá ser indicado o endereço eletrônico do fabricante, com menção à página onde consta a informação apresentada.

8.20.14. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA FASE DE JULGAMENTO

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.55 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF;

9.1.2. Consulta ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná (<https://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidos.aspx>);

9.1.3. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

9.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

9.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

- 9.2.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 9.2.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 9.3. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 9.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.
- 9.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 9.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 9.6.1. Contiver vícios insanáveis;
 - 9.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 9.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 9.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 9.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 9.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 9.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 9.8.1. As propostas melhor classificadas passarão por análise técnica pela **Secretaria Municipal de Saúde**, a qual detém conhecimento específico do objeto licitado, e se responsabilizará pela ACEITAÇÃO ou RECUSA dos produtos ofertados nos quesitos: Descritivo / Marca / Fabricante / Modelo / Documentos Complementares, conforme o caso, sob pena de desclassificação da proposta.
- 9.9. DA APRESENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DE AMOSTRAS



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

9.9.1. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de **AMOSTRA**, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

9.9.2. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

9.9.3. As amostras deverão ser apresentadas em suas embalagens originais e poderão ser submetidas à análise integral, inclusive com eventual inutilização, para verificação da conformidade com as características descritas no Termo de Referência e demais exigências do edital, não cabendo à licitante qualquer pretensão de indenização em razão dessa ocorrência.

9.9.4. A avaliação será realizada por Comissão Técnica, ou pela área técnica da **Secretaria Municipal de Saúde**, conforme o caso, mediante emissão de Relatório de Avaliação de Amostra, considerando, no mínimo, os seguintes aspectos:

- a) qualidade do material, observados os padrões exigidos para uso médico-hospitalar, quando aplicável;
- b) conformidade com as especificações técnicas previstas no edital;
- c) compatibilidade com equipamentos médicos já em uso, quando aplicável;
- d) apresentação, embalagem, higiene e segurança.

9.9.5. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema, conforme o **RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE AMOSTRA**, emitido pela área técnica da Secretaria requisitante.

9.9.6. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

9.9.7. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

9.9.8. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

9.9.9. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 03 (três) dias úteis, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

9.9.10. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, **poderá ser substituída pelo registro cadastral do SICAF**, ou apresentada conforme elencado:

10.1.1.1. Habilitação Jurídica:

- a) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) **Microempreendedor individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores
- d) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- f) **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.1.1.1.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

10.1.1.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal: Certidão Conjunta Tributos Federais e Dívida Ativa da União, abrangente ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, comprovando situação regular.
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede ou domicílio da licitante.
- c) Certidão(ões) que comprove(m) regularidade dos Tributos Municipais do domicílio ou sede da licitante.
- d) Certidão de regularidade de CRF – perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)
- e) Prova de Regularidade perante a Justiça do Trabalho, em plena validade emitida através do site <http://www.tst.jus.br/certidao>.

10.1.1.3. Qualificação Econômico-Financeira

- a) Certidão(ões) negativa(s) de pedido(s) de Falência, emitida(s) pelo(s) distribuidor(es) judicial(is) da sede da empresa, emitida(s) com antecedência máxima de 90 (noventa) dias.

10.1.1.4. Qualificação Técnica

10.1.1.4.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens compatíveis com o objeto da presente contratação, em características, quantidades e prazos, bem como em complexidade tecnológica e operacional equivalentes ou superiores, mediante a apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, ou, quando cabível, por conselho profissional competente, regularmente emitidos.

10.1.1.4.2. Para fins de comprovação do disposto neste subitem, os atestados deverão demonstrar experiência na execução de contratos que tenham por objeto o fornecimento de materiais médico-hospitalares compatíveis com os itens licitados, inclusive, quando aplicável, o fornecimento de equipamentos em regime de comodato, bem como o atendimento às exigências sanitárias pertinentes.

10.1.1.4.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.1.1.4.4. O fornecedor deverá disponibilizar, sempre que solicitado pela Administração, todas as informações e documentos necessários à comprovação da veracidade e legitimidade dos atestados apresentados, inclusive cópia do contrato que



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

lhes deu suporte, endereço atualizado da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, entre outros documentos que se fizerem necessários.

10.1.4.4.5. A empresa licitante deverá apresentar PROPOSTA contendo dados do fabricante, a marca e a procedência do produto oferecido. Não serão aceitos produtos em desacordo com as quantidades, unidades e especificações descritas no Termo de Referência e em seus anexos.

10.1.4.4.6. Os objetos dessa licitação são produtos para saúde sujeitos ao regime de vigilância sanitária, portanto, devem atender o disposto nas Leis nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973; nº 6.360, de 23 setembros de 1976; nº 8.078, de 11 de setembro de 1990; Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013; Resoluções da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - RDC/ANVISA nº 185, de 22 de outubro de 2001; nº 16, de 01 de abril de 2014 e demais legislações pertinentes.

10.1.4.4.7. Apresentar o CERTIFICADO DE REGISTRO DO PRODUTO ou NOTIFICAÇÃO, emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária ANVISA, não sendo aceitos protocolos de solicitação inicial de registro. Somente serão aceitos protocolos de revalidação quando forem apresentados no período de 90 dias após o vencimento do registro conforme art. 12 da Lei nº 6.360/76.

a) O número de registro do produto dos certificados e notificações apresentadas deverá corresponder aquele concedido pelo Ministério da Saúde para o produto cotado.

b) Na apresentação do Certificado de Registro de Produto ou Notificação de Registro, ou cópia legível da publicação do Registro do Produto no DOU, ou a Solicitação de Revalidação dentro do prazo previsto em lei, ou Certificado de Isenção de Registro, deverá ser apresentada identificando corretamente a qual item se refere o documento.

c) Para produtos dispensados de registro, as proponentes deverão apresentar o CERTIFICADO DE ISENÇÃO DE REGISTRO ou sua publicação no DOU.

10.1.4.4.8. Apresentar de maneira auxiliar para exame das propostas: Manual de Instruções, Ficha técnica do Produto, Ficha de Informação Sobre Segurança do Produto - FISPQ, Catálogo ou Prospecto do material cotado totalmente legível, que contiver todas as informações necessárias para comparar as especificações do material com descritivo técnico contido no edital. Quando o documento estiver em língua estrangeira, deverá apresentar tradução, na forma da legislação brasileira. Entende-se por catálogo, prospecto, certificado ou manual, documento elaborado pelo fabricante, ou extraído de consulta realizada pela Internet na página oficial do fabricante. No último caso, além da cópia, deverá ser indicado o endereço eletrônico do fabricante, com menção à página onde consta a informação apresentada.



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

10.1.4.4.9. Somente será admitida a oferta de produto previamente registrado ou notificado na ANVISA, conforme disposto na Lei nº 6.360, de 1976, e no Decreto nº 8.077, de 2013, quando aplicável.

10.2.7. A documentação de qualificação técnica apresentada será submetida à análise da **Secretaria Municipal de Saúde**, órgão detentor de conhecimento técnico específico acerca do objeto licitado, competindo-lhe a emissão de parecer conclusivo quanto ao atendimento, ou não, deste requisito de habilitação.

10.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.4. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

10.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

10.8. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

10.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

10.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

10.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único)

10.10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **NO MÍNIMO, 02 (DUAS) HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

10.9.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

10.11. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

10.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

10.11.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

10.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

10.12.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

10.12.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

19/73



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

10.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

10.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

20/73



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico oficial do Município de São José dos Pinhais: http://servicos.sjp.pr.gov.br/servicos/compras/controller/edital_lic/.

12. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONVOCAÇÃO

12.1. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante declarado vencedor e homologará o procedimento licitatório.

12.1.1. Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar a(o) instrumento contratual no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da convocação, **ocasião em que deverá apresentar a certidão negativa de débitos junto ao Município de São José dos Pinhais**, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.2. Previamente a emissão do instrumento contratual, será efetuada consulta quanto a regularidade fiscal do adjudicatário junto ao Município de São José dos Pinhais (<https://financas.sjp.pr.gov.br/contribuinteGateway/#/certidao>)

12.1.3. Se o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o instrumento contratual estará sujeito às sanções previstas neste Edital.

12.2. Poderá o licitante classificado em primeiro lugar será inabilitado até o momento da assinatura do Instrumento Contratual, se o Município tiver conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal e trabalhista, habilitação jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira. Nesse caso, convocar-se-ão os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.1. A assinatura da Ata de Registro de Preços condiciona-se à apresentação da certidão negativa de débitos da adjudicatária junto Município de São José dos Pinhais.

13.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

13.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Portal da Transparência do Município.

13.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

13.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no portal de Transparência do Município e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

13.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

13.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

13.8. A validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada por período igual ao inicialmente fixado, mediante anuência do fornecedor e desde que comprovado o preço vantajoso, cuja prorrogação será formalizada por meio de termo aditivo.

13.8.1. Esgotados os quantitativos ou previsão de gastos da Ata de Registro de Preços antes do escoamento do seu prazo de vigência, a prorrogação poderá ser antecipada, com o restabelecimento do quantitativo ou previsão de gastos inicial, sem que ocorra acumulação de saldos entre os períodos

14. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

14.1. Após a habilitação, e exaurida a fase recursal quando houver, os licitantes serão consultados os via CHAT do COMPRASGOV, quanto ao interesse de participar da formação do cadastro reserva, o qual será incluído na Ata de Registro de Preços, na forma de anexo:

14.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

14.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original

14.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

14.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

- 14.2.1. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 14.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 14.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- 14.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.
- 14.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- 14.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 14.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 15.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 15.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
- 15.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 15.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 15.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 15.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;
- 15.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 15.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

23/73



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

- 15.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 15.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 15.1.5. Fraudar a licitação
- 15.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 15.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 15.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 15.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 15.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 15.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 15.2. Com fulcro no art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.
- 15.3. Em caso de aplicação de multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** corridos, a contar da comunicação oficial.
- 15.3.1. Para as infrações previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do objeto licitado.
- 15.3.2. Para as infrações previstas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do objeto licitado.
- 15.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 15.5. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão previamente instituída, assegurando-se o contraditório e ampla defesa, nos termos da Lei 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal n.º 5.807, de 2023.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1. Serão divulgados os atos da sessão pública no sistema eletrônico Comprasgov.



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. Qualquer informação a respeito deste Edital será fornecida aos interessados pela SERMALI/DILIC, localizada na Rua Passos de Oliveira, 1101 – Centro - São José dos Pinhais/PR, telefone (41) 3381-6693 e/ou e-mail carla.santos@sjp.pr.gov.br em dias úteis, no horário compreendido das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II – Orçamento da Administração/Preço Máximo/Especificações Técnicas

ANEXO III – Modelo da Carta Proposta

ANEXO IV – Minuta de Ata de Registro de Preços

ANEXO I da Ata de Registro de Preços – Cadastro de Reserva

ANEXO V – Minuta do Contrato de Comodato

São José dos Pinhais, 17 de junho de 2026.

25/73



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

ANDRÉ LUIZ GABARDO

Secretário Municipal de Recursos Materiais e Licitações

IRANI APARECIDA
DOS
SANTOS:60338946934

Assinado de forma digital
por IRANI APARECIDA DOS
SANTOS:60338946934
Dados: 2026.06.17 15:01:42
+03'00'

IRANI APARECIDA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Saúde



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

https://sisazul.sjp.pr.gov.br/webapp/portaltransparencia/wp_licitacao



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

ANEXO II

ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO/PREÇO MÁXIMO/ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

LOTE ÚNICO					
Item	Código BR	Quant. (UND)	Descrição do Produto	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	610248/ 138720	6.500	EQUIPO ENTERAL SISTEMA FECHADO EM PONTA CRUZ P/ BOMBA DE INFUSÃO SOLUÇÃO ENTERAL - Equipos para administração de solução enteral, na cor azul, roxo ou lilás, para uso em bomba de infusão com ponta em cruz. Com câmara de gotejamento flexível sem filtro de partícula e sem entrada de ar, tubo extensor de PVC com, no mínimo, 2,30 metros e seguimento em silicone, pinça rolete, sem injetor lateral, terminação luer macho escalonado com tampa, impedindo a conexão em acesso venoso, confeccionado em material atóxico e apirogênico. O equipamento deve possuir pinça corta fluxo dedicada para proteção contra fluxo livre. EMBALAGEM: Individual, deve favorecer abertura em técnica asséptica, que garanta a integridade e esterilidade do produto e ter impressos em língua portuguesa as seguintes informações: identificação, procedência, data de fabricação, validade da esterilização, lote, indicação de material estéril, livre de látex, registro na ANVISA e apresentar código de barras. O equipamento deve ser fabricado e comercializado conforme as exigências da ABNT NBR ISO 8536-8 e ABNT NBR ISO 60601-2-24 (edição atual - segunda edição) nos pontos que se referem a ele.	25,35	164.775,00
2	459687/ 138712	3.200	EQUIPO EXTENSOR CRISTAL P/ BOMBA DE SERINGA - Equipos extensor cristal para bomba de infusão tipo seringa, fabricado com material atóxico, com no mínimo 1,2 metros, prime máximo de 1,5ml. Embalagem individual em papel grau cirúrgico, estéril, invólucro resistente ao manuseio, lacre capaz de manter a sua integridade e esterilidade, externamente, apresentando dados de identificação em português, instruções de uso, procedência, número do lote, número de registro no Ministério da Saúde	7,24	23.168,00
			EQUIPO EXTENSOR FOTOSSENSÍVEL P/ BOMBA DE SERINGA Equipos extensor fotossensível para uso em bomba de infusão		



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

LOTE ÚNICO					
Item	Código BR	Quant. (UND)	Descrição do Produto	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
3	459687/ 138713	3.100	tipo seringa, fabricado com material atóxico, com no mínimo 1,2 metros, prime máximo de 1,5ml. Embalagem individual em papel grau cirúrgico, estéril, invólucro resistente ao manuseio, lacre capaz de manter a sua integridade e esterilidade, externamente, apresentando dados de identificação em português, instruções de uso, procedência, número do lote, número de registro no Ministério da Saúde.	7,24	22.444,00
4	610285/ 138717	21.500	EQUIPO PARENTERAL CRISTAL P/ BOMBA DE INFUSAO - Equipo CRISTAL para administração de solução parenteral, para uso em bomba de infusão. Com ponta perfurante universal, câmara de gotejamento flexível com filtro bacteriológico na entrada de ar e tampa e filtro de partículas de no mínimo 15micras. Tubo extensor de PVC transparente com, no mínimo, 2,30 metros e seguimento em silicone, volume de preenchimento (primming) de até 20ml, pinça rolete, injetor lateral com membrana aut cicatrizante isento de látex ou conector needle-free ou conector valvulado, terminação luer com rosca e tampa protetora com filtro hidrofóbico, confeccionado em material atóxico e apirogênico. O equipo deve possuir pinça corta fluxo dedicada para proteção contra fluxo livre. EMBALAGEM: Individual, deve favorecer abertura em técnica asséptica, que garanta a integridade e esterilidade do produto e ter impressos em língua portuguesa as seguintes informações: identificação, procedência, data de fabricação, validade da esterilização, lote, indicação de material estéril, livre de látex, registro na ANVISA e apresentar código de barras. O equipo deve ser fabricado e comercializado conforme as exigências da RDC 539 30/08/2021, da ABNT NBR ISO 8536-8 e ABNT NBR ISO 60601-2-24 (edição atual - segunda edição) nos pontos que se referem a ele.	22,22	477.730,00
			EQUIPO PARENTERAL CRISTAL LIVRE DE PVC P/ BOMBA DE INFUSAO - Equipo para administração de solução parenteral Livre de PVC para uso em bomba de infusão. Com ponta perfurante universal, câmara de gotejamento flexível com filtro bacteriológico na entrada de ar e tampa e filtro de partículas		

29/73



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

LOTE ÚNICO					
Item	Código BR	Quant. (UND)	Descrição do Produto	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
5	610275/ 138719	460	de no mínimo 15micras. Tubo extensor isento de PVC (PVC Free) com, no mínimo, 2,30 metros e seguimento em silicone, volume de preenchimento (primming) de até 20ml, pinça rolete, pode possuir injetor lateral com membrana autocicatrizante isento de látex ou conector needle-free ou conector valvulado, terminação luer com rosca e tampa protetora com filtro hidrofóbico, confeccionado em material atóxico e apirogênico. O equipo deve possuir pinça corta fluxo dedicada para proteção contra fluxo livre. EMBALAGEM: Individual, deve favorecer abertura em técnica asséptica, que garanta a integridade e esterilidade do produto e ter impressos em língua portuguesa as seguintes informações: identificação, procedência, data de fabricação, validade da esterilização, lote, indicação de material estéril, livre de látex, registro na ANVISA e apresentar código de barras. O equipo deve ser fabricado e comercializado conforme as exigências da RDC 539 30/08/2021, da ABNT NBR ISO 8536-8 e ABNT NBR ISO 60601-2-24 (edição atual - segunda edição) nos pontos que se referem a ele.	27,06	12.447,60
6	610293/ 138718	15.200	EQUIPO PARENTERAL FOTOSSENSÍVEL P/ BOMBA DE INFUSAO - Equipo Parenteral Fotossensível para uso em Bomba de Infusão. Equipo para administração de solução parenteral para substâncias fotossensíveis, para uso em bomba de infusão. Com ponta perfurante universal, câmara de gotejamento âmbar (fotossensível) flexível com filtro bacteriológico na entrada de ar e tampa e filtro de partículas de no mínimo 15micras. Tubo extensor de PVC fotossensível com, no mínimo, 2,30 metros e seguimento em silicone, volume de preenchimento (primming) de até 20ml, pinça rolete, pode possuir injetor lateral com membrana autocicatrizante isento de látex ou conector needle-free ou conector valvulado, terminação luer com rosca e tampa protetora com filtro hidrofóbico. Possuir capa protetora para solução fotossensível, confeccionado em material atóxico e apirogênico. O equipo deve possuir também pinça corta fluxo dedicada para proteção contra fluxo livre. EMBALAGEM: Individual, deve favorecer	24,62	374.224,00

30/73



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

LOTE ÚNICO					
Item	Código BR	Quant. (UND)	Descrição do Produto	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
			abertura em técnica asséptica, que garanta a integridade e esterilidade do produto e ter impressos em língua portuguesa as seguintes informações: identificação, procedência, data de fabricação, validade da esterilização, lote, indicação de material estéril, livre de látex, registro na ANVISA e apresentar código de barras. O equipo deve ser fabricado e comercializado conforme as exigências da RDC 539 30/08/2021, da ABNT NBR ISO 8536-8 e ABNT NBR ISO 60601-2-24 (edição atual - segunda edição) nos pontos que se referem a ele.		
7	617319/ 138714	7.600	SERINGA DE 10 ML PARA USO EM BOMBA DE SERINGA - Seringa hipodérmica, estéril de uso único. Capacidade de 10mL, para utilização própria em bomba de seringa conforme exigência da ANVISA na RDC 541 de 30/08/2021. O produto deve ser dotado de corpo cilíndrico transparente, resistente, com parte interna sem rebarbas ou defeitos e com anel de retenção na extremidade para impedir a saída do êmbolo, com bico do tipo luer lock central. Possuir graduação legível, sem falhas, com números, traços longos e subdivisões através de traços curtos. Deve ser apirogênica e atóxica. Possuir registro na ANVISA. A seringa deve possuir indicação para uso em bombas de seringa conforme a norma NBR ISO 7886-2 (seringa para uso em bomba de seringa).	8,99	68.324,00
8	617320/ 138715	7.600	SERINGA CAP. 20 ML P/ USO EM BOMBA DE SERINGA - SERINGA DE 20 ML PARA USO EM BOMBA DE SERINGA Seringa hipodérmica, estéril de uso único. Capacidade de 20mL, para utilização própria em bomba de seringa conforme exigência da ANVISA na RDC 541 de 30/08/2021. O produto deve ser dotado de corpo cilíndrico transparente, resistente, com parte interna sem rebarbas ou defeitos e com anel de retenção na extremidade para impedir a saída do êmbolo, com bico do tipo luer lock central. Possuir graduação legível, sem falhas, com números, traços longos e subdivisões através de traços curtos. Deve ser apirogênica e atóxica. Possuir registro na ANVISA. A seringa deve possuir indicação para uso em bombas de seringa conforme a norma NBR ISO 7886-2 (seringa para uso em bomba de seringa).	9,99	75.924,00

31/73



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

LOTE ÚNICO					
Item	Código BR	Quant. (UND)	Descrição do Produto	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
9	617322/ 138716	7.600	SERINGA CAP 50 A 60 ML P/ USO EM BOMBA DE SERINGA - SERINGA DE 50/ 60 ML PARA USO EM BOMBA DE SERINGA Seringa hipodérmica, estéril de uso único. Capacidade de 50/60mL, para utilização própria em bomba de seringa conforme exigência da ANVISA na RDC 541 de 30/08/2021. O produto deve ser dotado de corpo cilíndrico transparente, resistente, com parte interna sem rebarbas ou defeitos e com anel de retenção na extremidade para impedir a saída do êmbolo, com bico do tipo luer lock central. Possuir graduação legível, sem falhas, com números, traços longos e subdivisões através de traços curtos. Deve ser apirrogênica e atóxica. Possuir registro na ANVISA. A seringa deve possuir indicação para uso em bombas de seringa conforme a norma NBR ISO 7886-2 (seringa para uso em bomba de seringa).	11,28	85.728,00
VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ 1.304.764,60 (Um milhão, trezentos e quatro mil, setecentos e sessenta e quatro reais e sessenta centavos)					

Item	Código BR	Quant. (UND)	Descrição do Produto	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
10	628473/ 100985	4.700	ALGODAO PURO HIDRÓFILO ROLO 500 GRAMAS - Características: algodão puro hidrófilo elaborado com fibras 100% algodão, em camadas de mantas uniformes envolvidas em papel apropriado. O produto deverá ser alvejado e isento de substâncias gordurosas, amido, dextrina, corantes corretivos e alvejantes ópticos, bem como qualquer componente que possa agredir a pele. Tamanho: rolo de 500 gramas. Apresentação: Embalagem com rolo de 500 gramas, devendo conter dados do conteúdo quantitativo, peso, marca comercial, procedência de fabricação, prazo de validade e número de registro no Ministério da Saúde. Reembalados conforme praxe do fabricante de forma a manter a integridade do produto até o momento do uso	16,49	77.503,00
			COMPRESSA DE GAZE HIDROFILO 100X100 MM - 13 FIOS - PCTE C/ 500 UNID - Compressa de gaze hidrófila, com medidas 10 x 10cm, confeccionadas com fios 100% algodão em tecido plano tipo tela, 13 fios, com		



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

Item	Código BR	Quant. (UND)	Descrição do Produto	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
11	628246/ 101938	1.550	acabamento lateral em toda sua extensão a fim de evitar desfiamentos, alvejada, purificada, isenta de: impurezas, substancias gordurosas, amido, dextrina, corantes corretivos, alvejantes ópticos, álcalis e ácidos. Inodora e insípida. Embalada em embalagens contendo aproximadamente 500 unidades, constando dados de identificação.	44,98	69.719,00
12	628237/ 108206	773.500	COMPRESSA DE GAZE HIDROFILA 75X75 MM - 13 FIOS - PCTE C/ 5 UNID - Compressa de gaze hidrófila, com medidas 7,5 x 7,5cm, confeccionadas com fios 100% algodão em tecido plano tipo tela, 13 fios, com acabamento lateral em toda sua extensão a fim de evitar desfiamentos, alvejada, purificada, isenta de: impurezas, substancia gordurosas, amido, dextrina, corantes corretivos, alvejantes ópticos, álcalis e ácidos. Inodora e insípida. Embaladas pacotes 5 unidades, constando dados de identificação, data de fabricação, método e data de validade da esterilização.	0,33	255.255,00
13	628246/ 113596	570.000	COMPRESSA DE GAZE HIDROFILA 1ESTERIL 00X100 MM - 13 FIOS - PCTE C/ 10 UNID - Compressa de gaze hidrófila, estéril, com medidas 10 x 10cm, confeccionadas com fios 100% algodão em tecido plano tipo tela, 13 fios, com acabamento lateral em toda sua extensão a fim de evitar desfiamentos, alvejada, purificada, isenta de: impurezas, substancias gordurosas, amido, dextrina, corantes corretivos, alvejantes ópticos, álcalis e ácidos. Inodora e insípida. Embalada em embalagens contendo 10 unidades, constando dados de identificação.	1,25	712.500
14	484764/ 107927	11.300	CURATIVO EM FILME TRANSPARENTE 100X200 MM - CURATIVO DE FILME TRANSPARENTE DE POLIURETANO 10CM X 20CM - Características: Curativo de filme transparente de poliuretano recoberto com adesivo acrílico hipoalergênico resistente a água, esterilizado. Tamanho: dimensões aproximadas 10 cm X 20 cm. Apresentação: Embalagem individual com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento da sua utilização, permita a abertura e transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data e validade de esterilização e número de registro no Ministério da Saúde.	4,94	55.822,00



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

Item	Código BR	Quant. (UND)	Descrição do Produto	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
			Reembalados conforme praxe do fabricante de forma a manter a integridade do produto até o momento do uso.		
15	461308/ 109943	950	ELETRODO AUTOADESIVO 80X130 MM - EMBALAGEM COM 2 UNIDADES - Eletrodo autoadesivo para eletro estimulação de superfície, usado em tens, fes, corrente interferencial. dispensa fixação e o uso de gel para condução elétrica. embalagem com 2 unidades.	37,18	35.321,00
16	461261/ 106364	70	ELETRODO P/ ECG - MOD CARDIOCLIP - CJ C/ 4 PECAS - Conjunto de eletrodos cardioclip: deve conter 4 peças coloridas, em material resistente, com adaptação universal.	139,71	9.779,70
17	609453/ 106122	355.600	EQUIPO MACROGOTAS C/ RESPIRO/FILTRO DE PARTICULAS/INJETOR - EQUIPO MACROGOTAS COM RESPIRO, FILTRO DE PARTÍCULA E INJETOR estéril utilizado para infusão de soluções parenterais, composto de: 1) ponta perfurante com no mínimo 2,8cm, podendo variar de 1cm para mais ou para menos, com protetor adaptado para manter a esterilidade da ponta perfurante e do interior do equipo. 2)câmara transparente e flexível, em material atóxico, com gotejamento correspondente à 20 macrogotas/ml; contendo filtro de fluídos com 15 microns; 3)filtro de ar de 5 microns assegurando que todo ar admitido no frasco passe através do mesmo e que o fluxo do líquido não seja significativamente reduzido. 4)tubo em PVC transparente, flexível com, no mínimo, 150cm de comprimento, com injetor lateral que possua apoio e proteção aos dedos do operador, com membrana autocicatrizante para administração de medicamentos/soluções. 5)conector: componente com configuração cônica tipo macho, conforme ABNT NBR ISO 594-1 e ISO 594-2, apresentando-se no modelo Luer Lock. O conector deverá apresentar-se adaptado a um protetor externo para manter a esterilidade do conector luer macho e do interior do equipo. 6)pinça rolete, contendo roldana, estando em perfeitas condições para perfeito controle do gotejamento.A embalagem deverá ser individual, estéril, permitindo a abertura com técnica asséptica, sem uso de instrumental. Devem conter os seguintes dados: marca comercial, lote, data de fabricação, validade da esterilização e nº	1,23	437.388,00



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

Item	Código BR	Quant. (UND)	Descrição do Produto	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
			do registro do produto no Ministério da Saúde. O equipo deve estar de acordo com a ABNT NBR ISSO 8536-4. Embalado em papel grau cirúrgico e individual, contendo dados de identificação, procedência, validade e registro no M.S		
18	631774/ 101015	1.700	ESPARADRAPO EM ALGODAO 25X4500 MM - ESPARADRAPO 2,5CMx4,5CM - Características: confeccionado em tecido branco 100% algodão, impermeável, flexível suficiente para acompanhar as dobras da pele sem deixar pressionar ou desprender-se, com adesivo uniformemente distribuído, isento de substâncias alergênicas, com boa aderência, de fácil remoção, sem deixar resíduos na pele, com bordas bem acabadas a fim de evitar a soltura dos fios e que proporcione facilidade de corte manual, podendo ser picotado ou não. Enrolado de maneira uniforme em carretel plástico ou PVC rígido protegido por cilindro em PVC rígido, com tensão controlada ao desenrolar. Tamanho: medindo 2,5 cm de largura por 4,5 metros de comprimento. Apresentação: Embalagem devendo conter dados do conteúdo quantitativo e qualitativo, medida, marca comercial, procedência de fabricação, prazo de validade e número de registro no Ministério da Saúde. Embalados conforme praxe do fabricante de forma a manter a integridade do produto até o momento do uso.	4,31	7.327,00
19	479750/ 101953	710	ESPECULO P/ EXAME GINECOLOGICO - TAM VIRGEM - Espéculo para Exame Ginecológico - Espéculo Vaginal em acrílico, transparente, descartável, lubrificado com silicone médico, esterilizado a óxido de etileno, com sistema de abertura progressiva com borboleta. Tamanho Virgem. Embalagem devendo conter dados do conteúdo quantitativo e qualitativo, medida, marca comercial, procedência de fabricação, prazo de validade e número de registro no Ministério da Saúde. Reembalados conforme praxe do fabricante de forma a manter a integridade do produto até o momento do uso.	2,83	2.009,30
			FIO DE SUTURA EM NYLON Nº 2-0 450 MM ESTERILIZADO - C/ AGULHA 3/8 CIRCULAR TRIANGULAR 30 MM - FIO DE SUTURA DE NYLON Nº 2-0 45 CM C/ AGULHA 3/8 CIRCULAR TRIANGULAR COM,		



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

Item	Código BR	Quant. (UND)	Descrição do Produto	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
20	487452/ 104362	11.200	APROXIMADAMENTE 30MM - Fio para sutura de nylon, não absorvível, estéril, com agulha 3/8circulo triangular com 30mm. Embalagem individual com dados de identificação, procedência, data de fabricação, tipo de esterilização, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde.	1,40	15.680,00
21	487427/ 101242	7.000	FIO DE SUTURA EM NYLON Nº 4-0 - FIO DE SUTURA EM NYLON Nº 4-0 450 MM ESTERILIZADO - C/ AGULHA 3/8 CIRCULAR TRIANGULAR COM, APROXIMADAMENTE 20MM - Fio para sutura de nylon, não absorvível, estéril, com agulha 3/8 circular triangular com 20mm. Embalagem individual com dados de identificação, procedência, data de fabricação, tipo de esterilização, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde, a data da entrega deverá ser no máximo 1 ano da data da fabricação.	1,40	9.800,00
22	487412/ 104687	6.400	FIO DE SUTURA EM NYLON PRETO Nº 5-0 450 MM ESTERILIZADO - C/ AGULHA 1/2 CIRCULAR TRIANGULAR 17 MM - FIO DE SUTURA DE NYLON Nº 5-0 NA COR PRETA, COM 45 CM DE COMPRIMENTO, COM AGULHA 1/2 CÍRCULO TRIANGULAR COM, APROXIMADAMENTE 17MM, esterilizado - Fio para sutura de nylon, não absorvível, estéril, com 45 cm de comprimento, cor Preta, com agulha 1/2circulo triangular com 17 mm. Embalagem individual com dados de identificação, procedência, data de fabricação, tipo de esterilização, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde, a data da entrega deverá ser no máximo 1 ano da data da fabricação.	2,21	14.144,00
23	487416/ 103554	4.300	FIO DE SUTURA EM NYLON PRETO Nº 5-0 450 MM ESTERILIZADO - C/ AGULHA 3/8 CIRCULAR TRIANGULAR 19 MM - FIO DE SUTURA DE NYLON (MONONYLON) Nº 5-0 NA COR PRETA, COM 45 CM DE COMPRIMENTO, COM AGULHA 3/8 CÍRCULO TRIANGULAR COM 19 MM, ESTERILIZADO Fio para sutura de nylon, não absorvível, estéril, com 45 cm de comprimento, cor Preta, com agulha 3/8circulo triangular com 19 mm. Embalagem individual com dados de identificação, procedência, data de fabricação, tipo de esterilização, prazo de validade e registro no Min. Saúde.	1,59	6.837,00
			GEL NEUTRO P/ ULTRASSONOGRAFIA - FRASCO C/ 100 G - Gel Neutro para Utilização		



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

Item	Código BR	Quant. (UND)	Descrição do Produto	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
24	438929/ 101448	11.400	em exames de Ultrassonografia Acondicionado em frasco transparente tipo almotolia, com tampa e bico dispensador, de 100 a 120 gramas.	2,71	30.894,00
25	620076/ 135399	45.600	LUVA CIRURGICA DE LATEX Nº 7,0 - Características: Confeccionada em látex natural, esterilizada, formato anatômico, com bainha, com textura uniforme, sem falhas, emendas ou furos, deve ser antiderrapante e apresentar elasticidade, resistência à tração e sensibilidade tátil compatíveis com a finalidade, lubrificada com produto atóxico. CONTÊM LÁTEX NATURAL, PODE CAUSAR ALERGIA. Tamanho: 7,0. Apresentação: Cada par de luvas em embalagem dupla, sendo a interna um envelope identificando a mão direita e esquerda, com os punhos e polegares dobrados adequadamente, de forma a facilitar o calçamento sem contaminar; a embalagem externa em papel grau cirúrgico ou papel grau cirúrgico e filme plástico com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até sua utilização, permita a abertura e transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação, prazo de validade e número no Ministério da Saúde e Certificado de Aprovação- CA do Ministério do Trabalho e estar conforme a NBR 13391. Nº 7,0	1,45	66.120,00
26	628522/ 101673	480	MALHA TUBULAR 100X2500 MM - Malha tubular com aproximadamente 10 cm de largura, constituído de fios de algodão, tipo punho simples, a malha deverá apresentar elasticidade adequada, isenta de quaisquer defeitos, em rolo com 25 metros de comprimento, embalados de acordo com a praxe do fabricante, trazendo externamente os dados de identificação e procedência.	18,79	9.019,20
27	443438/ 101751	1.000	PAPEL GRAU CIRURGICO 15CM X 100M - Bobinas compostas de papel grau cirúrgico e filme laminado poliéster/polipropileno, possibilitando abertura asséptica. Papel Grau cirúrgico 60 g/m ² utilizado para garantir a resistência mecânica, barreira microbiológica e o controle da porosidade para manutenção da esterilidade; isento de furos, sem corantes, repelente a líquidos, resistente a rasgos e inodor; filme laminado de dupla camada com	67,18	67.180,00



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

Item	Código BR	Quant. (UND)	Descrição do Produto	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
			57 g/m², que suporta bem às tensões de manipulação.		
28	625820/ 104822	15.000	PRESERVATIVO FEMININO , com largura suficiente para alojar-se na vagina, deverá possuir um anel flexível de poliuretano em cada extremidade, sendo que uma das extremidades do preservativo deverá ser fechada. O anel interno (na extremidade fechada) é usado para colocar o dispositivo dentro da vagina e mantê-lo no lugar, e o anel externo deverá ficar fora da vagina e recobrir parcialmente a região dos grandes lábios. Lubrificado com óleo de silicone. Deverão vir embalados individualmente e acondicionados em caixas com até 120 unidades. Na embalagem individual do preservativo deverá estar impresso o dizer: "VENDA PROIBIDA" e/ou "DISTRIBUIÇÃO GRATUITA", em atendimento ao Ofício Circular nº 201/GABINETE/PN-DST-AIDS/SVS/MS de 30/06/2004.	15,78	236.700,00
29	439625/ 101070	441.800	SERINGA DESCARTAVEL ESTERIL S/ AGULHA - CAP 3 ML - SERINGA 3 ML - DESCARTÁVEL / ESTÉRIL SEM AGULHA - Características: Seringa de plástico descartável, esterilizada, capacidade para 3 mL em polipropileno ou outro plástico, atóxico, apirogênico, íntegro e adequado. Bico simples central, sem agulha, com êmbolo siliconizado apropriado para melhor deslizamento do curso. O produto deve ser de plástico transparente que permita a visualização nítida do fluido aspirado, deve apresentar rigidez e resistência mecânica condizente com sua utilização, deve estar livre de material estranho, ciscos ou sujeiras. A rolha do êmbolo deve ser confeccionada em borracha sintética ou natural, livre de defeitos, rebarbas, atóxica, apirogênica e inerte, durante a aspiração e/ou aplicação não se separar da haste. Deverá apresentar espessura adequada que facilite a visualização da dosagem. Cilindro deve ser composto de corpo cilíndrico reto, bico e flange, com acabamento interno perfeito, siliconizado em quantidade suficiente, com parede uniforme devendo possibilitar movimento livre e suave do êmbolo, com escala externa gravada, precisa e visível, com alto grau de precisão, com traços e números legíveis, isenta de falhas. Tamanho: Capacidade 3 mL, com divisões de 1,0 ml e	0,14	61.852,00



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

Item	Código BR	Quant. (UND)	Descrição do Produto	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
			subdivisões de 0,2 ml. Apresentação: Embalagem individual com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento da sua utilização, permita a abertura e transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data e validade de esterilização e número de registro no Ministério da Saúde. Reembalados conforme praxe do fabricante de forma a manter a integridade do produto até o momento do uso.		
30	439624/ 101071	542.000	SERINGA DESCARTAVEL ESTERIL S/ AGULHA - CAP 5 ML - SERINGA 5 ML - DESCARTÁVEL / ESTÉRIL SEM AGULHA - Características: Seringa de plástico descartável, esterilizada, capacidade para 5 mL em polipropileno ou outro plástico, atóxico, apirogênico, íntegro e adequado. Bico simples central, sem agulha, com êmbolo siliconizado apropriado para melhor deslize do curso. O produto deve ser de plástico transparente que permita a visualização nítida do fluido aspirado, deve apresentar rigidez e resistência mecânica condizente com sua utilização, deve estar livre de material estranho, ciscos ou sujeiras. A rolha do êmbolo deve ser confeccionada em borracha sintética ou natural, livre de defeitos, rebarbas, atóxica, apirogênica e inerte, durante a aspiração e/ou aplicação não separar-se da haste. Deverá apresentar espessura adequada que facilite a visualização da dosagem. Cilindro deve ser composto de corpo cilíndrico reto, bico e flange, com acabamento interno perfeito, siliconizado em quantidade suficiente, com parede uniforme devendo possibilitar movimento livre e suave do êmbolo, com escala externa gravada, precisa e visível, com alto grau de precisão, com traços e números legíveis, isenta de falhas. Tamanho: Capacidade 5 mL, com divisões de 1,0 ml e subdivisões de 0,2 ml. Apresentação: Embalagem individual com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento da sua utilização, permita a abertura e transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data e validade de esterilização e número de registro no Ministério da Saúde.	0,16	86.720,00



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

Item	Código BR	Quant. (UND)	Descrição do Produto	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
			Reembalados conforme praxe do fabricante de forma a manter a integridade do produto até o momento do uso.		
31	443093/ 133354	9.100	TOALHA P/ BANHO A SECO - TAM ADULTO - EMBALAGEM C/ 8-10 UNID - Toalhas umedecidas para banho no leito, produto não-estéril de uso único, descartável, produzidas com não tecido pré umidificadas. Poderá conter extrato de aloe vera, vitamina E, dexpanthenol e manteiga de Karité. As toalhas deverão ter medidas mínima aproximadas 18x21 cm, dobradas individualmente. Devem vir em Pacotes sistema abre/fecha com mínimo 08 unidades e Máximo 10 unidades, resistente a aquecimento, diminuindo o risco de infecção. Não necessita enxágüe. Embalagem com informações de uso, Composição; Toalhas de rayon/viscose e poliéster. Prazo de validade mínima: 24 meses.	2,99	27.209,00
32	281000/ 133584	160	TOMADA DUPLA C/ VALVULA DE IMPACTO P/ AR COMPRIMIDO - Tomada dupla com válvula de impacto para ar comprimido - corpo em alumínio injetado, e pintura eletrostática, niples em latão cromado, borboleta em polipropileno.	94,32	15.091,20
33	439629/ 111616	1.700	SERINGA LUER LOCK - CAP 60 ML - Seringa descartável, estéril de 60 ml, com bico para LUER LOK, (ROSCA) sem agulha, com embolo siliconizado apropriado para melhor deslize do curso, embalada em papel grau cirúrgico, esterilizada por óxido de etileno, embalada individualmente. Embalagem contendo externamente dados de identificação, procedência, validade, no. de lote, marca comercial e Registro no Ministério da Saúde.	1,36	2.312,00
34	477288/ 117944	240	LIBERADOR DE ADESIVO MEDICO/DISPOSITIVO COLETOR DA PELE - SPRAY AEROSSOL C/ 50 ML - Liberador de adesivo médico e dispositivo coletor da pele, estéril, composto por silicone biocompatível, hipoalergênico, atraumático, indolor, inodoro, acondicionado em recipiente selado com válvula unidirecional de pulverização contínua e tampa protetora externa, de secagem rápida. Não deve deixar resíduo na pele. Deve ser livre de veículo alcoólico ou oleoso e permitir a fixação de outro adesivo na área tratada. Spray Aerossol de 50ml.	99,03	23.767,20
			CONJUNTO P/ DRENAGEM TORACICA N° 22 - Conjunto de drenagem torácica N° 22 - Dreno		



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

Item	Código BR	Quant. (UND)	Descrição do Produto	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
35	619331/106910	70	torácico estéril, confeccionado em 100% silicone, com linha radiopaca em toda extensão, conector universal ajustável, extremidade arredondada e multiperfurada, com 50cm de comprimento, indicado para drenagem torácica, mediastinal, pleural, cirúrgica cardíaca, e drenagem em geral. Embalado individualmente em papel grau cirúrgico, constando identificação, procedência, instruções de uso, data de fabricação e validade da esterilização, lote e registro no MS. Acompanha frasco plástico para selo d'água, com tubo de silicone e suporte de base.	49,17	3.441,90
36	619331/106911	70	CONJUNTO P/ DRENAGEM TORACICA N° 24 - Conjunto de drenagem torácica N° 24 - Dreno torácico estéril, confeccionado em 100% silicone, com linha radiopaca em toda extensão, conector universal ajustável, extremidade arredondada e multiperfurada, com 50cm de comprimento, indicado para drenagem torácica, mediastinal,pleural, cirúrgica cardíaca, e drenagem em geral.Embalado individualmente em papel grau cirúrgico, constando identificação, procedência, instruções de uso, data de fabricação e validade da esterilização, lote e registro no MS. Acompanha frasco plástico para selo d'água, com tubo de silicone e suporte de base.	49,17	3.441,90
37	619331/106912	100	CONJUNTO P/ DRENAGEM TORACICA N° 28 - Conjunto de drenagem torácica N° 28 - Dreno torácico estéril, confeccionado em 100% silicone, com linha radiopaca em toda extensão, conector universal ajustável, extremidade arredondada e multiperfurada, com 50cm de comprimento, indicado para drenagem torácica, mediastinal,pleural, cirúrgica cardíaca, e drenagem em geral.Embalado individualmente em papel grau cirúrgico, constando identificação, procedência, instruções de uso, data de fabricação e validade da esterilização, lote e registro no MS. Acompanha frasco plástico para selo d'água, com tubo de silicone e suporte de base.	49,17	4.917,00
			CONJUNTO P/ DRENAGEM TORACICA N° 30 - Conjunto de drenagem torácica N° 30 - Dreno torácico estéril, confeccionado em 100% silicone, com linha radiopaca em toda extensão, conector universal ajustável,		



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

Item	Código BR	Quant. (UND)	Descrição do Produto	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
38	619331/106913	100	extremidade arredondada e multiperfurada, com 50cm de comprimento, indicado para drenagem torácica, mediastinal, pleural, cirúrgica cardíaca, e drenagem em geral. Embalado individualmente em papel grau cirúrgico, constando identificação, procedência, instruções de uso, data de fabricação e validade da esterilização, lote e registro no MS. Acompanha frasco plástico para selo d'água, com tubo de silicone e suporte de base.	49,17	4.917,00
39	619331/106914	100	CONJUNTO P/ DRENAGEM TORACICA N° 34 - Conjunto de drenagem torácica N° 34 - Dreno torácico estéril, confeccionado em 100% silicone, com linha radiopaca em toda extensão, conector universal ajustável, extremidade arredondada e multiperfurada, com 50cm de comprimento, indicado para drenagem torácica, mediastinal, pleural, cirúrgica cardíaca, e drenagem em geral. Embalado individualmente em papel grau cirúrgico, constando identificação, procedência, instruções de uso, data de fabricação e validade da esterilização, lote e registro no MS. Acompanha frasco plástico para selo d'água, com tubo de silicone e suporte de base.	49,17	4.917,00
40	619331/106915	100	CONJUNTO P/ DRENAGEM TORACICA N° 36 - Conjunto de drenagem torácica N° 36 - Dreno torácico estéril, confeccionado em 100% silicone, com linha radiopaca em toda extensão, conector universal ajustável, extremidade arredondada e multiperfurada, com 50cm de comprimento, indicado para drenagem torácica, mediastinal, pleural, cirúrgica cardíaca, e drenagem em geral. Embalado individualmente em papel grau cirúrgico, constando identificação, procedência, instruções de uso, data de fabricação e validade da esterilização, lote e registro no MS. Acompanha frasco plástico para selo d'água, com tubo de silicone e suporte de base.	49,17	4.917,00
41	619331/106916	100	CONJUNTO P/ DRENAGEM TORACICA N° 38 - Conjunto de drenagem torácica N° 38 - Dreno torácico estéril, confeccionado em 100% silicone, com linha radiopaca em toda extensão, conector universal ajustável, extremidade arredondada e multiperfurada, com 50cm de comprimento, indicado para drenagem torácica, mediastinal, pleural,	49,17	4.917,00



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

Item	Código BR	Quant. (UND)	Descrição do Produto	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
			cirúrgica cardíaca, e drenagem em geral.Embalado individualmente em papel grau cirúrgico, constando identificação, procedência, instruções de uso, data de fabricação e validade da esterilização, lote e registro no MS. Acompanha frasco plástico para selo d'água, com tubo de silicone e suporte de base.		
42	619331/ 106923	100	CONJUNTO P/ DRENAGEM TORACICA Nº 32 - Conjunto de drenagem torácica Nº 32 - Dreno torácico estéril, confeccionado em 100% silicone, com linha radiopaca em toda extensão, conector universal ajustável, extremidade arredondada e multiperfurada, com 50cm de comprimento, indicado para drenagem torácica, mediastinal,pleural, cirúrgica cardíaca, e drenagem em geral.Embalado individualmente em papel grau cirúrgico, constando identificação, procedência, instruções de uso, data de fabricação e validade da esterilização, lote e registro no MS. Acompanha frasco plástico para selo d'água, com tubo de silicone e suporte de base.	49,17	4.917,00
43	443092/ 133358	4.100	TOUCA P/ LAVAGEM A SECO - Touca impregnada com shampoo e condicionador para realizar limpeza dos cabelos, Deverá dispensar a necessidade de enxágüe ou uso de outros produtos para o procedimento, ser confeccionado em polímero plástico não alergênico com interior em rayon e/ou poliéster, ou composição semelhante, deverá ser pré-umidificada com solução aquosa, condicionantes, surfactantes, umectantes. Com embalagem individual, de uso único, Produto não-estéril. Prazo de Validade Mínima: 24 meses.	17,73	72.693,00
44	479614/ 104750	7.200	FILTRO BIOLÓGICO DE BARREIRA PARA SISTEMA RESPIRATÓRIO - Filtro de Barreira total a bactérias e a vírus com eficiência maior que 99,999%, penetração de 0,006%, bidirecional, autoumidificador, trocador de calor e umidade, com membrana única totalmente hidrofóbica que impede a passagem de líquidos ao circuito, sem tratamento com sais higroscópicos ou cargas eletrostáticas, validado microbiologicamente para gases, aerossóis e secreções, uso estendido de 48hs cientificamente comprovado, compatível com nebulização, retém e filtra partículas de látex. Possui	11,09	79.848,00



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

Item	Código BR	Quant. (UND)	Descrição do Produto	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
			tomada para capnógrafo protegida de umidade e secreções do paciente, tubo extensor corrugado de 145mm com tampa protetora para descarte. Volume interno de 85ml. Para uso em circuitos respiratórios na anestesia e terapia ventilatória. Validações para H1N1, Tuberculose, HIV, Hepatite C, e bactérias multirresistentes hospitalares.		
45	469169/ 116877	10.000	SERINGA DESCARTAVEL ESTERIL C/ AGULHA DE INSULINA 8X0,3 MM - CAP 1 ML - COD P/ ESTOQUE 108565 - SERINGA 1 ML - DESCARTÁVEL / ESTÉRIL COM AGULHA DE INSULINA - Seringa de plástico descartável, esterilizada, capacidade para 01 ml para administração de insulina, em polipropileno ou outro plástico atóxico, apirogênico, íntegro e adequado, com escala externa gravada, precisa e visível de 2 em 2 unidades. Bico simples central, com agulha 8 x 0,3 MM, com êmbolo siliconado apropriado para melhor deslize do curso. O produto deve ser de plástico transparente que permita a visualização nítida do fluido aspirado, deve apresentar rigidez e resistência mecânica condizente com sua utilização, deve estar livre de material estranho, ciscos ou sujeiras. A rolha do êmbolo deve ser confeccionada em borracha sintética ou natural, livre de defeitos, rebarbas, atóxica, apirogênica e inerte, durante a aspiração e /ou aplicação não separar-se da haste. Deverá apresentar espessura adequada que facilite a visualização da dosagem. Cilindro deve ser composto de corpo cilíndrico reto, bico e flange, com acabamento interno perfeito, siliconado em quantidade suficiente, com parede uniforme devendo possibilitar movimento livre e suave do êmbolo, com escala de graduação em unidade, aplicada a sua superfície externa, com alto grau de precisão, com traços e números legíveis, isentas de falhas. Apresentação: Embalagem contendo 10 unidades com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento da sua utilização, permita a abertura e transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data de esterilização e número de registro no Ministério da Saúde. Embalados conforme praxe do fabricante de	0,32	3.200,00



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

Item	Código BR	Quant. (UND)	Descrição do Produto	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
			forma a manter a integridade do produto até o momento do uso.		
46	620089/ 133543	2.000	LUVA CIRURGICA S/ TALCO EM LATEX N° 7,0 (NACIONAL) / 6,5 (INTERNACIONAL) – PAR - LUVA CIRURGICA DE LATEX N° 7,0 - Características: Confeccionada em látex natural, esterilizada, formato anatômico, com bainha, com textura uniforme, sem falhas, emendas ou furos, deve ser antiderrapante e apresentar elasticidade, resistência à tração e sensibilidade tátil compatíveis com a finalidade, luvas cirúrgicas estéreis de látex isenta de talco. O produto deve ser hipoalergênico e a concentração de proteínas inferior a 189 mg/g de luva, atestado por laudo analítico. Tamanho: 7,0. Apresentação: Cada par de luvas em embalagem dupla, sendo a interna um envelope identificando a mão direita e esquerda, com os punhos e polegares dobrados adequadamente, de forma a facilitar o calçamento sem contaminar; a embalagem externa em papel grau cirúrgico ou papel grau cirúrgico e filme plástico com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até sua utilização, permita a abertura e transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, insenção de talco procedência, número de lote, data de fabricação, prazo de validade e número no Ministério da Saúde e Ministério do Trabalho e estar conforme a NBR 13391.	1,55	3.100,00
47	620090/ 133541	2.000	LUVA CIRURGICA S/ TALCO EM LATEX N° 7,5 (NACIONAL) / 7,0 (INTERNACIONAL) – PAR - LUVA CIRURGICA DE LATEX N° 7,5 - Características: Confeccionada em látex natural, esterilizada, formato anatômico, com bainha, com textura uniforme, sem falhas, emendas ou furos, deve ser antiderrapante e apresentar elasticidade, resistência à tração e sensibilidade tátil compatíveis com a finalidade, luvas cirúrgicas estéreis de látex isenta de talco. CONTÉM LÁTEX NATURAL, PODE CAUSAR ALERGIA. Tamanho: 7,5. Apresentação: Cada par de luvas em embalagem dupla, sendo a interna um envelope identificando a mão direita e esquerda, com os punhos e polegares dobrados adequadamente, de forma a facilitar o calçamento sem contaminar; a embalagem externa em papel grau cirúrgica	1,56	3.120,00



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

Item	Código BR	Quant. (UND)	Descrição do Produto	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
			ou papel grau cirúrgico e filme plástico com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até sua utilização, permita a abertura e transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, isenção de talco, procedência, número de lote, data de fabricação, prazo de validade e número no Ministério da Saúde e Ministério do Trabalho e estar conforme a NBR 13391.		
48	620091/ 133542	2.000	LUVA CIRURGICA S/ TALCO EM LATEX Nº 8,0 (NACIONAL) / 7,5 (INTERNACIONAL) – PAR - LUVA CIRURGICA DE LATEX Nº 8,0 - Características: Confeccionada em látex natural, esterilizada, formato anatômico, com bainha, com textura uniforme, sem falhas, emendas ou furos, deve ser antiderrapante e apresentar elasticidade, resistência à tração e sensibilidade tátil compatíveis com a finalidade, luvas cirúrgicas estéreis de látex isenta de talco. CONTÉM LÁTEX NATURAL, PODE CAUSAR ALERGIA. Tamanho: 8,0. Apresentação: Cada par de luvas em embalagem dupla, sendo a interna um envelope identificando a mão direita e esquerda, com os punhos e polegares dobrados adequadamente, de forma a facilitar o calçamento sem contaminar; a embalagem externa em papel grau cirúrgico ou papel grau cirúrgico e filme plástico com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até sua utilização, permita a abertura e transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, isenção de talco, procedência, número de lote, data de fabricação, prazo de validade e número no Ministério da Saúde e Ministério do Trabalho e estar conforme a NBR 13391.	1,56	3.120,00
49	626589/ 104779	3.800	AGULHA ESPINHAL DESCARTAVEL P/ PUNCAO RAQUIDIANA Nº 27 G X 3,5 - AGULHA ESPINHAL PUNÇÃO RAQUIDIANA DESCARTÁVEL 27G X 3 1/2 COR CINZA Agulha espinhal de punção raquidiana descartável 27 G x 3 1/2, indicada para anestesia raquidiana. Ponta tipo quicke; cânulas de paredes finas; canhão Luer Lok, com visor translucido e inteiramente cônico, esterilizado. Benefícios: sem imperfeições ou rebarbas, que previne a dilaceração dos tecidos da duramáter, reduzindo a cefaleia pós-raque; com seu	6,41	24.358,00



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

Item	Código BR	Quant. (UND)	Descrição do Produto	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
			maior diâmetro interno que ofereça um fluxo igual ao de uma agulha de parede regular de maior calibre; garanta conexão segura, perfeita visualização do liquor e facilita a reinserção do mandril. Embalagem individual, com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de utilização, permita a abertura e transferência com técnica asséptica, externamente contendo os dados de identificação, procedência, lote, método e validade de esterilização e número de registro no Ministério da Saúde.		
50	455907/101587	80	COLAR CERVICAL - TAM NEONATAL - Colar para imobilização cervical, com desenhos assimétricos, dobráveis e planos, com janela traqueal extra grande para acesso a região cervical anterior, confeccionado em material plástico flexível e resistente, radiotransparente, com enchimento de espuma, dotado de apoio para a mandíbula.	13,94	1.115,20
51	455910/101589	200	COLAR CERVICAL - TAM PP - Colar para imobilização cervical, com desenhos assimétricos, dobráveis e planos, com janela traqueal extra grande para acesso a região cervical anterior, confeccionado em material plástico flexível e resistente, radiotransparente, com enchimento de espuma, dotado de apoio para a mandíbula.	13,99	2.798,00
52	398705/104757	2.800	POLIVINIL PIRROLIDONA IODO - SOLUCAO DEGERMANTE - ALMOTOLIA C/ 100 ML - POVIDINE DEGERMANTE 100ML Povidine degermante, anti-séptico a base de PVPI (Polivinil Pirrolidona Iodo) contendo tensoativos e agentes umectantes com atividade residual decorrente da liberação contínua de iodo 1%. Almotolia descartável com 100mL. Aplicado na degermação do campo cirúrgico e das mãos no pré operatório. Apresentação: embalagem contendo externamente dados de identificação, procedência, validade, marca comercial e Registro no Ministério da Saúde. Reembalados conforme praxe do fabricante de forma a manter a integridade do produto até o momento do uso.	7,70	21.560,00
53	439905/120113	300	AGULHA DESCARTAVEL EM ACO INOX Nº 31 G - CURTA - COMPATIVEL C/ VICTOZA - agulha descartavel em aco inox curta 0,25mm (31g) x 8mm (5/16") - compatível com Victoza.	0,48	144,00



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

Item	Código BR	Quant. (UND)	Descrição do Produto	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
54	435993/ 138022	5.700	CATETER VESICAL DE POLIURETANO SPEEDICATH NAVI Nº12 - Cateter hidrofílico masculino - continência urinária. Tamanho: Calibre 12 Tipo de cateter: Uretral Finalidade prevista: O produto é destinado ao cateterismo intermitente pela uretra. Classificação de Risco: I - BAIXO RISCO Indicações: O produto é destinado ao uso por crianças e adultos de ambos os sexos. A escolha do modelo e tamanho do cateter para cada paciente é realizada de acordo com a indicação do profissional de saúde local.	13,81	78.717,00
55	435993/ 140807	2.700	CATETER VESICAL DE POLIURETANO SPEEDICATH STANDART Nº12 - Calibre (Tamanho): CH12 / 12 French (Fr). Material: Poliuretano (isento de PVC e ftalatos) com revestimento hidrofílico. Revestimento: Hidrofílico exclusivo. Tipo de Orifício: Orifícios polidos e biselados. Uso: Intermitente, único e estéril.	12,72	34.344,00
56	632755/ 140006	15	CANULA DE TRAQUEOSTOMIA SHILEY 6,0PELF (PEDIATRICA) S/ BALAO – COVIDIEN - Os produtos têm um tubo radiopaco com um flange transparente e um conector padrão de 15 mm para conexão direta com equipamento padrão de ventilação e de anestesia. Cada tubo é embalado com um obturador e sutura de tecido de algodão. Os produtos não são produzidos com látex de borracha natural ou DEHP Dimensões: (D.I.) 6,0mm - (D.E.) 8,5mm - (Compr.) 54mm	1.085,59	16.283,85
57	423731/ 140010	12	CANULA DE TRAQUEOSTOMIA SHILEY 6,5PELF (PEDIATRICA) S/ BALAO – COVIDIEN - Os produtos têm um tubo radiopaco com um flange transparente e um conector padrão de 15 mm para conexão direta com equipamento padrão de ventilação e de anestesia. Cada tubo é embalado com um obturador e sutura de tecido de algodão. Os produtos não são produzidos com látex de borracha natural ou DEHP. Dimensões: (D.I.) 6,5mm - (D.E.) 9,0mm - (Compr.) 56m.	1.085,59	13.027,08
58	616012/ 140805	6.600	FRALDA DESCARTAVEL GERIATRICA - MARCA TENA - TAM M - Fralda descartável geriátrica marca TENA, tamanho M, uso adulto, unissex, formato anatômico, indicada para incontinência moderada a severa, com sistema de fechamento por fitas adesivas laterais reposicionáveis. Deve possuir: 4 Fitas adesivas reposicionáveis, de boa fixação;	3,72	24.552,00



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

Item	Código BR	Quant. (UND)	Descrição do Produto	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
			Barreiras laterais antivazamento; Núcleo com polímero superabsorvente (SAP); Camada externa impermeável com cobertura respirável; Camada interna macia; elásticos nas pernas e cintura; Produto descartável, não estéril. Embalagem: íntegra, lacrada, com identificação do produto, lote, validade e quantidade de unidades. (mínimo conforme padrão do fabricante).		
59	616013/140804	4.500	FRALDA DESCARTAVEL GERIATRICA - MARCA TENA - TAM G - Fralda descartável geriátrica marca TENA , tamanho G, uso adulto, unissex, formato anatômico, indicada para incontinência moderada a severa, com sistema de fechamento por fitas adesivas laterais reposicionáveis. Deve possuir: 4 Fitas adesivas reposicionáveis, de boa fixação; Barreiras laterais antivazamento; Núcleo com polímero superabsorvente (SAP); Camada externa impermeável com cobertura respirável; Camada interna macia; elásticos nas pernas e cintura; Produto descartável, não estéril. Embalagem: íntegra, lacrada, com identificação do produto, lote, validade e quantidade de unidades (mínimo conforme padrão do fabricante).	3,72	16.740,00
60	616014/116791	5.040	FRALDA DESCARTÁVEL BIGFRAL - TAM XG : (DEMANDA JUDICIAL) Fralda descartável para incontinência urinária intensa hipoalergênica e dermatologicamente testada, com exclusiva tecnologia antiodor, cobertura filtrante suave que proporciona maciez e conforto, gel superabsorvente, elásticos nas pernas, que possibilitem um ajuste, difusor de líquidos, barreiras antivazamentos que garantam o ajuste perfeito, dando uma proteção extra e evitando vazamentos, indicador de umidade e aloe vera, possuir 04 fitas adesivas largas e reposicionáveis que garanta o ajuste ideal ao corpo. O pacote deverá conter 07 unidades, de forma a manter a integridade do produto até o momento do uso, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, data de fabricação, validade, lote e número de registro no Ministério da Saúde. A cotação deste item deverá ser feita por unidade.	3,60	18.144,00
			FRALDA DESCARTAVEL GERIATRICA MILLI - TAM M - FRALDA DESCARTAVEL GERIATRICA - MARCA MILI - TAM M: Fralda geriátrica descartável, tamanho M, hipoalergênica e		



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

Item	Código BR	Quant. (UND)	Descrição do Produto	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
61	616012/ 138003	2.700	dermatologicamente testada, com cobertura suave, confortável, contendo ingrediente hidratante, com formato anatômico, barreiras antivazamentos, elásticos nas pernas, que possibilitem um ajuste perfeito sem vazamentos, com fitas adesivas reposicionáveis, composta por material superabsorvente, que mantenha a uniformidade quando úmido, cobertura externa impermeável. Embalados em pacotes com no máximo 50 unidades, de forma a manter a integridade do produto até o momento do uso, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, data de fabricação, validade, lote e número de registro no Ministério da Saúde. A cotação deste item será feita por unidade e o fornecedor deverá informar a quantidade total de fraldas por pacote oferecido.	2,48	6.696,00
62	616013/ 131336	5.400	FRALDA DESCARTAVEL GERIATRICA - MARCA MILLI - TAM G: Fralda geriátrica descartável, tamanho G, hipoalergênica e dermatologicamente testada, com cobertura suave, confortável, contendo ingrediente hidratante, com formato anatômico, barreiras antivazamentos, elásticos nas pernas, que possibilitem um ajuste perfeito sem vazamentos, com fitas adesivas reposicionáveis, composta por material superabsorvente, que mantenha a uniformidade quando úmido, cobertura externa impermeável. Embalados em pacotes com no máximo 50 unidades, de forma a manter a integridade do produto até o momento do uso, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, data de fabricação, validade, lote e número de registro no Ministério da Saúde. A cotação deste item será feita por unidade e o fornecedor deverá informar a quantidade total de fraldas por pacote oferecido.	2,48	13.392,00
VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ 2.809.287,53 (Dois milhões, oitocentos e nove mil, duzentos e oitenta e sete reais e cinquenta e três centavos.)					
VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R\$ 4.114.052,13 (Quatro milhões, cento e quatorze mil, cinquenta e dois reais e treze centavos)					



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

ANEXO III

MODELO DA CARTA PROPOSTA

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º ---/2025 - SERMALI.

A empresa _____ com sede na cidade de _____, Rua _____, n.º _____, Bairro _____, com CNPJ sob n.º _____, propõe a Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, _____, conforme subitem 1.1 do edital em epígrafe, de acordo com a Cotação de Preços e anexos a seguir e nas seguintes condições:

Ite m	Quantida de	Und	Descrição – Marca/Modelo	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ ---- (em algarismos e por extenso)					

- a) Declaramos que concordamos integralmente com as condições estipuladas na presente licitação e se vencedor deste certame, nos submeteremos ao cumprimento de seus termos.
- b) Declaramos ainda que nossa empresa não foi declarada inidônea nem se encontra suspensão ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública.
- c) Para fins do disposto no Prejulgado 09 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e Acórdão 2745/10 – TCE/PR, declaramos que não possuímos sócio, cotista ou dirigente, bem como não possuímos em nosso quadro funcional nem iremos contratar empregados com incompatibilidades com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção, de chefia, de assessoramento, que seja membro da comissão de licitação, Pregoeiro ou autoridade ligada à contratação.
- c.1) Essa declaração possui validade enquanto perdurar o prazo de vigência/execução do Instrumento Contratual em tela.
- c.2) Estou ciente de que qualquer alteração nas condições aqui declaradas obrigam a imediata comunicação à Administração, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.
- d) Se vencedora, na qualidade de representante legal, assinará a Ata de Registro de Preços, o Sr(a). _____, portador(a) da carteira de identidade RG nº _____ e CPF/MF nº _____.
- e) A validade da proposta é de 90 (noventa) dias corridos, contados da data de recebimento das propostas, conforme estipulado no presente edital.
- f) Para contato informamos:
- Responsável/Representante Legal (nome completo): _____

51/73



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

Telefone Fixo n.º: (__) _____

Telefone Celular n.º: (__) _____

E-mail: _____

Local / data

Nome, RG e assinatura do Responsável ou Representante Legal



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

ANEXO IV

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS E A EMPRESA -----

O **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Passos de Oliveira, n.º 1101, Bairro Centro, CEP 83.030-720 e inscrito(a) CNPJ sob n.º 76.105.543/0001-35, neste ato representado pela Prefeita Municipal **MARGARIDA MARIA SINGER**, portadora da Matrícula Funcional nº 22282-0, empossada a partir de 01º de janeiro de 2025, e pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. **IRANI APARECIDA DOS SANTOS**, portadora da Matrícula Funcional nº 25774, nomeada pela Portaria nº 9480, de 03 de dezembro de 2025, publicada no Diário Oficial do Município de São José dos Pinhais em 03 de dezembro de 2025, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e a empresa, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado **DETENTOR(A) DA ATA**, neste ato representado(a) por (nome e função no contrato), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo/Solicitação de Contratação nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023 e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar a presente Ata de Registro de Preços, decorrente do **Pregão Eletrônico n.º 65/2026-SERMALI**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **Registro de preço para aquisição de material médico hospitalar de natureza comum, essencial a continuidade e qualidade na prestação dos serviços de saúde para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de São José dos Pinhais**, conforme abaixo relacionados, considerando as condições dispostas no Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação nº XXX/2026 que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)				
X	Especificação (marca / modelo)	Unidade de medida	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme Art. 265, § 1º do Decreto Municipal nº 5807 de 29 de dezembro de 2023.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO DE RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da divulgação no Portal Nacional de Contratações públicas - PNCP (art. 94 da Lei nº. 14.133/2021), sem prejuízo da publicação no Diário Oficial do Município de forma complementar (art. 175 da Lei nº. 14.133/2021), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo Município por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.5. O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.

4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.10. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.11. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

4.11.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.11.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.12. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

4.13. A prorrogação que trata o item 4.1. será formalizada por meio de termo aditivo.

4.13.1. Esgotados os quantitativos ou previsão de gastos desta ata de registro de preços antes do escoamento do seu prazo de vigência, a prorrogação poderá ser antecipada, com restabelecimento do quantitativo ou previsão de gastos inicial, sem que ocorra acumulação de saldos entre os períodos.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação;

5.1.3.2. Os preços contratados serão reajustáveis a partir de 12 (doze) meses da data do orçamento estimado 25/08/2025, nos termos do art. 25, § 7º da Lei n.º 14.133/2021 com base no IPCA/FGV (ou em sua falta, o índice que vier a substituí-lo) ou, ainda, em índice mais favorável para a Administração Pública mediante negociação.

5.1.3.3. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Município ora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o Município convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o Município procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao Município a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo Município e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o Município convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o Município procederá o cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o Município atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo Município, quando o fornecedor:

7.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

7.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o Município, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do Município, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o Município poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo Município, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 7.4.1. Por razão de interesse público;
- 7.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 7.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DO PAGAMENTO

8.1. A Detentora da Ata deverá apresentar a **NOTA FISCAL** através do portal do Fornecedor (www.sjp.pr.gov.br/secretarias/secretaria-administracao/portal-do-fornecedor/).

8.2. A Nota Fiscal deverá ser emitida pelo mesmo estabelecimento (matriz ou filial) cujo CNPJ comprovou sua habilitação, a qual não poderá conter emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devendo nela constar, além de seus elementos padronizados, os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

RUA PASSOS DE OLIVEIRA N.º 1101 - CENTRO - SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR

CEP: 83.030-720

CNPJ N.º 76.105.543/0001-35

INSCRIÇÃO ESTADUAL – ISENTA

EMPENHO N.º _____/2025.

8.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a detentora da ata providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. A Administração deverá realizar consulta, conforme item anterior, para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.7. Constatando-se a situação de irregularidade da detentora da ata, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Município deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da detentora da ata, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.9. Persistindo a irregularidade, o Município deverá adotar as medidas necessárias ao cancelamento da ata nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a detentora da ata a ampla defesa.

8.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pelo cancelamento da ata, caso a detentora da ata não regularize sua situação.

8.11. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela detentora da ata, com base no fornecimento efetuado, em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da fatura correta que deverá corresponder ao produto efetivamente fornecido.

8.12. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.14. A detentora da ata regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

8.15. No caso de atraso pelo Município, os valores devidos a detentora da ata serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, e na sua falta, aquele que vier a substituí-lo.

8.16. A liberação do pagamento fica vinculada à apresentação da NOTA FISCAL através do portal do Fornecedor (www.sjp.pr.gov.br/secretarias/secretaria-administracao/portal-do-fornecedor/), juntamente com a comprovação da continuidade das condições de habilitação, em especial:

8.16.1. Prova de Regularidade (certidão) relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), em plena validade.

Certidão que comprove Regularidade de Tributos Municipais junto ao Município de São José dos Pinhais, em plena validade.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas nesta Ata.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do Município a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço.

9.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a detentora da ata que:

- a) der causa à inexecução parcial da Nota de Empenho;
- b) der causa à inexecução parcial da Nota de Empenho que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total da Nota de Empenho;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto registrado sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da Ata de Registro de Preços;
- f) praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.4. Serão aplicadas a detentora da ata que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando a detentora da ata der causa à inexecução parcial da Nota de Empenho, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima desta Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima desta Ata de Registro de Preços, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv. **Multa:**
1. Moratória de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a incidência de 30% (trinta por cento). Após o 30º (trigésimo) dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença; a partir do 31º (trigésimo primeiro) será cabível a multa compensatória;
 2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 9.3, de 15% a 30 % do valor da Nota de Empenho.
 3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 9.3, de 15% a 30% do valor da Nota de Empenho.
 4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 9.3, a multa será de 5% a 15% do valor da Nota de Empenho.
 5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 9.3, a multa será de 5% a 15% do valor da Nota de Empenho.
 6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 9.3, a multa será de 5% a 15% do valor da Nota de Empenho.

9.5. Para a aplicação de qualquer penalidade contratual será imprescindível a prévia instauração do devido processo administrativo sancionatório, assegurando-se o contraditório e ampla defesa, nos termos da Lei 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal n.º 5.807, de 2023.

10. CLÁUSULA DE FRAUDE E CORRUPÇÃO

10.1. O Banco Mundial exige que o Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Saúde - SESA, Mutuários de Empréstimo (incluindo beneficiários do empréstimo do Banco), licitantes, fornecedores, empreiteiros e seus agentes (sejam eles declarados ou não), subcontratados, subconsultores, prestadores de serviço e fornecedores, além de todo funcionário a eles vinculado, que mantenham os mais elevados padrões de ética durante a aquisição e execução de contratos financiados pelo Banco. Em consequência desta política, o Banco:

- a) define, para os fins desta disposição, os termos indicados a seguir:
- (i) "prática corrupta": significa oferecer, entregar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com a intenção de influenciar de modo indevido a ação de terceiros;
 - (ii) "prática fraudulenta": significa qualquer ato, falsificação ou omissão de fatos que, de forma intencional ou irresponsável induza ou tente induzir uma parte a erro, com o objetivo de obter



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

benefício financeiro ou de qualquer outra ordem, ou com a intenção de evitar o cumprimento de uma obrigação;

(iii) "prática colusiva": significa uma combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um objetivo indevido, inclusive influenciar indevidamente as ações de outra parte;

(iv) "prática coercitiva": significa prejudicar ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar indevidamente as ações de uma parte;

(v) "prática obstrutiva": significa:

(aa) deliberadamente destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de impedir materialmente uma investigação do Banco de alegações de prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, perseguir ou intimidar qualquer parte interessada, para impedi-la de mostrar seu conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação ou ao seu prosseguimento, ou

(bb) atos que tenham como objetivo impedir materialmente o exercício dos direitos do Banco de promover inspeção ou auditoria, estabelecidos no parágrafo (e) abaixo:

(b) rejeitará uma proposta de outorga se determinar que o licitante recomendado para a outorga do contrato, ou qualquer do seu pessoal, ou seus agentes, subconsultores, subempreiteiros, prestadores de serviço, fornecedores e/ou funcionários, envolveu-se, direta ou indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao concorrer para o contrato em questão;

(c) declarará viciado o processo de aquisição e cancelará a parcela do empréstimo alocada a um contrato se, a qualquer momento, determinar que representantes do Mutuário ou de um beneficiário de qualquer parte dos recursos empréstimo envolveram-se em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante o processo de aquisição ou de implementação do contrato em questão, sem que o Mutuário tenha adotado medidas oportunas e adequadas, satisfatórias ao Banco, para combater essas práticas quando de sua ocorrência, inclusive por falhar em informar tempestivamente o Banco no momento em que tomou conhecimento dessas práticas;

(d) sancionará uma empresa ou uma pessoa física, a qualquer tempo, de acordo com os procedimentos de sanção cabíveis do Banco, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado: (i) para a outorga de contratos financiados pelo Banco; e (ii) para ser designado subempreiteiro, consultor, fornecedor ou prestador de serviço de uma empresa elegível que esteja recebendo a outorga de um contrato financiado pelo Banco;

(e) Os licitantes, fornecedores e empreiteiros, assim como seus subempreiteiros, agentes, pessoal, consultores, prestadores de serviço e fornecedores, deverão permitir que o Banco inspecione todas as contas e registros, além de outros documentos referentes à apresentação das propostas e à execução do contrato, e os submeta a auditoria por profissionais designados pelo Banco.



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital ou no Termo de Referência, anexo ao Edital.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o Município.

12. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A fiscalização da Ata de Registro de Preços seguirá o Decreto Municipal nº. 5.807, de 2023.

12.2. Para a gestão e fiscalização desta Ata pela Administração foram designados os seguintes servidores, conforme Portaria n.º 70 de 24 de março de 2026 - SEMS:

- **Gestora:** Luzia Cardozo Gomes, Matrícula Funcional n.º 21584-01.
- **Gestor Suplente:** Maiara Bloke Lenceh da Costa, Matrícula Funcional n.º 21573-02.
- **Fiscal:** Kairo Rodrigo Raicoski Aliganchuki, Matrícula Funcional n.º 22937-01.
- **Fiscal:** Mirian O. de Quadros Guimarães, Matrícula Funcional nº 16400-02.
- **Fiscal:** Katia Chahen, Matrícula Funcional nº 23451-01.
- **Fiscal Suplente:** Amanda Sizanoski, Matrícula Funcional n.º 18439-01.

12.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da detentora da Ata, pelos danos causados ao Município ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

13. DO FORO

13.1. Fica eleito o **Foro da Cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná**, para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta Ata de Registro de Preços que não puderem ser compostos pela conciliação.

13.2. Para firmeza e validade do pactuado, depois de lida e achada em ordem, vai a presente Ata assinada pelas partes.

São José dos Pinhais,de.....de 2026.

TESTEMUNHAS:



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

**MARGARIDA MARIA SINGER
PREFEITA MUNICIPAL**

**IRANI APARECIDA DOS SANTOS
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**XXXXXXXXXXXXX
DETENTORA DA ATA**



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

Anexo I da Ata de Registro de Preços

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)				
X	Especificação (marca / modelo)	Unidade de medida	Quantidade e	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$

Para os fornecedores que mantiveram sua proposta original, será obedecida a ordem de classificação, constante no Compras.gov.



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

ANEXO V

(MINUTA)

TERMO DE CONTRATO DE COMODATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE COMODATO
N.º.../2026, QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA
MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS E A
EMPRESA

O **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Passos de Oliveira, n.º 1101, Bairro Centro, CEP 83.030-720 e inscrito(a) CNPJ sob n.º 76.105.543/0001-35, neste ato representado pela Prefeita Municipal **MARGARIDA MARIA SINGER**, portadora da Matrícula Funcional nº 22282-0, empossada a partir de 01º de janeiro de 2025, e pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. **IRANI APARECIDA DOS SANTOS**, portadora da Matrícula Funcional nº 25774, nomeada pela Portaria nº 9480, de 03 de dezembro de 2025, publicada no Diário Oficial do Município de São José dos Pinhais em 03 de dezembro de 2025, doravante denominado **COMODATÁRIO**, e a empresa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na....., doravante designado **COMODANTE**, neste ato representado(a) por..... (nome e função no contrato), tendo em vista o que consta na Solicitação de Contratação nº 92/2026 e em observância à Lei nº 14.133/2021, ao Código Civil e às demais normas aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato de Comodato, vinculado ao Pregão Eletrônico nº 65/2026 e à Ata de Registro de Preços nº **XXX/2026**, mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a cessão, a título de **comodato gratuito**, pela **COMODANTE** ao **COMODATÁRIO**, dos equipamentos necessários à execução da **Ata de Registro de Preços nº XXX/2026**, decorrente do Pregão Eletrônico nº 65/2026, observadas as especificações do Termo de Referência, compreendendo:

- a) 300 (trezentas) bombas lineares de infusão;**
- b) 60 (sessenta) bombas de seringa sem alvo controle;**
- c) 20 (vinte) bombas de seringa com alvo controle.**

1.2. O comodato ora ajustado é acessório e instrumental, destinado exclusivamente a viabilizar o fornecimento dos insumos vinculados ao lote correspondente, especialmente os itens abaixo relacionados, conforme o Termo de Referência:

- 138720 – Equipo enteral sistema fechado em ponta cruz p/ bomba de infusão solução enteral;
- 138712 – Equipo extensor cristal p/ bomba de seringa;

66/73



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

- 138713 – Equipo extensor fotossensível p/ bomba de seringa;
- 138717 – Equipo parenteral cristal p/ bomba de infusão;
- 138719 – Equipo parenteral cristal livre de PVC p/ bomba de infusão;
- 138718 – Equipo parenteral fotossensível p/ bomba de infusão;
- 138714 – Seringa cap. 10 ml p/ uso em bomba de seringa;
- 138715 – Seringa cap. 20 ml p/ uso em bomba de seringa;
- 138716 – Seringa cap. 50/60 ml p/ uso em bomba de seringa.

1.3. Para utilização dos equipamentos, o COMODATÁRIO obriga-se a adquirir os insumos constantes da Ata de Registro de Preços nº xxx/2026, obedecidas as condições estipuladas na proposta de preços.

1.4. Os equipamentos cedidos permanecerão de propriedade exclusiva da COMODANTE, não se transferindo ao COMODATÁRIO qualquer direito de domínio, retenção definitiva ou aquisição.

1.5. Os equipamentos em comodato deverão ser utilizados exclusivamente para atendimento das necessidades da rede municipal de saúde, nos limites do Edital, do Termo de Referência e da Ata de Registro de Preços.

1.7. Integram este contrato, independentemente de transcrição:

- I – Edital do Pregão Eletrônico nº XXX/2026;
- II – Termo de Referência;
- III – Ata de Registro de Preços nº XXX/2026;
- IV – Proposta da COMODANTE;
- V – Manuais de operação, guias de instalação, certificados de calibração, termos de garantia específicos do fabricante e demais documentos essenciais para a correta utilização e manutenção dos equipamentos;
- VI – Termo de Entrega e Recebimento, devidamente preenchido e assinado, com a individualização dos equipamentos.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA ENTREGA, INSTALAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E TREINAMENTO

2.1. Os equipamentos deverão ser entregues ao COMODATÁRIO em perfeito estado de conservação, funcionamento e aptos ao uso, mediante **Termo de Entrega e Recebimento**, com identificação individual dos bens, número de série, modelo e demais elementos de rastreabilidade.

2.2. Os equipamentos cedidos ao COMODATÁRIO deverão estar acompanhados de:

- a) manual do usuário em língua portuguesa;
- b) manual técnico, quando existente, em língua portuguesa ou com tradução;
- c) identificação do fabricante, modelo e número de série;
- d) certificados de registro, quando aplicável;



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

- e) certificado de calibração, quando aplicável;
- f) relação de acessórios fornecidos;
- g) contatos da assistência técnica e do responsável comercial.

- catálogo com informações técnicas e manuais técnicos dos equipamentos a serem utilizados no processo de fornecimento, em língua portuguesa do Brasil;
- carta de entrega constando todos os dados dos equipamentos, incluindo fabricante, modelo e número de série;
- dados da COMODANTE, com razão social, endereço e CNPJ/MF;
- nome da pessoa de contato comercial;
- nome da pessoa de contato para assistência técnica;
- telefones de contato diário;
- telefones de contato para final de semana e feriado.

2.3. O local de entrega e instalação será informado pelo coordenador do serviço, que também agendará o treinamento das equipes que operarão o equipamento.

2.4. O treinamento, a instalação, as manutenções e a assistência técnica dos equipamentos em comodato serão realizadas **sem ônus ao Município** e serão de responsabilidade integral da empresa COMODANTE.

2.5. A assistência técnica deverá estar preferencialmente localizada no **Estado do Paraná**.

2.6. A COMODANTE deverá observar, na entrega e na circulação de seus prepostos, as normas da Secretaria Municipal de Saúde relativas ao trânsito de material e de pessoal nas instalações do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO LOCAL DE UTILIZAÇÃO E DA OPERACIONALIZAÇÃO

3.1. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: **CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS - SIMAS LOGÍSTICA LTDA - Rua Valdemiro Valaski, nº 2432, Bloco C, CEP 83065-400, Bairro Guatupê, São José dos Pinhais/PR**, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, mediante agendamento prévio.

3.2. Os agendamentos devem ser solicitados exclusivamente por e-mail, no endereço eletrônico delog.sjp@sjp.pr.gov.br, com o assunto obrigatório: **“Agendamento de Entrega NF Nº XXXX – Equipamento Comodato”**.

3.4. Os produtos deverão ser acondicionados em embalagens apropriadas e resistentes para transporte, manuseio e armazenamento, devendo:

- Estar íntegras, limpas, lacradas e seguras;
- Conter identificação do fabricante ou fornecedor;
- Conter indicações de cuidados e advertências, quando necessárias;



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

- Conter etiquetas com: numeração da caixa, número do empenho, número da nota fiscal, quantidade, código e identificação dos produtos;
- Observar dimensões mínimas da etiqueta de 10,0 cm (L) x 5,0 cm.

3.5. Os equipamentos deverão ser compatíveis com os insumos licitados no lote correspondente, sendo de responsabilidade da COMODANTE garantir a plena interoperabilidade entre equipamentos, acessórios e consumíveis.

3.7. O recebimento ocorrerá em duas etapas:

- **1ª etapa: recebimento provisório**, com conferência do número de volumes e da documentação fiscal;
- **2ª etapa: recebimento definitivo**, pela Comissão de Recebimento e Liquidação da Secretaria requisitante, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório.

3.8. Caso sejam constatadas irregularidades, desconformidades ou vícios, a COMODANTE deverá proceder à correção, substituição ou complementação no prazo de 07 (sete) dias corridos, sem ônus adicional ao Município.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO COMODATÁRIO

4.1. Zelar pela conservação dos equipamentos, utilizando-os de forma adequada e somente para os fins a que se destinam, conforme as instruções técnicas e manuais fornecidos pela COMODANTE.

4.2. Comunicar à COMODANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas úteis da constatação, qualquer defeito, dano, mau funcionamento, perda de desempenho ou extravio dos equipamentos, bem como a necessidade de manutenção, reparo ou substituição.

4.3. Permitir que a COMODANTE ou seus representantes realizem vistorias periódicas nos equipamentos, para verificação de seu estado de conservação e uso adequado, mediante agendamento, prévio com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, compatível com a rotina assistencial.

4.4. Não realizar quaisquer alterações, modificações ou adaptações nos equipamentos sem prévia e expressa autorização por escrito da COMODANTE.

4.5. Restituir os equipamentos ao COMODANTE ao término do prazo contratual, nas mesmas condições em que os recebeu, ressalvado o desgaste natural decorrente do uso regular. A restituição será formalizada mediante vistoria conjunta e emissão de Termo de Vistoria Final e Recebimento, atestando as condições dos bens no momento da devolução.

4.6. Responder por danos, perdas ou extravios dos equipamentos quando comprovadamente decorrentes de dolo, culpa, negligência, imperícia, imprudência ou uso indevido por parte do COMODATÁRIO, seus prepostos ou terceiros sob sua responsabilidade, desde que tal conduta seja a causa comprovada do dano, perda ou extravio.



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

4.7. O COMODATÁRIO não responderá por vícios de fabricação, defeitos técnicos ou falhas decorrentes de desgaste natural, manutenção inadequada ou inadequação intrínseca do bem, quando não lhe sejam imputáveis.

4.8. Arcar com a guarda, vigilância e uso regular dos equipamentos, observadas as normas internas do Hospital e Maternidade Municipal de São José dos Pinhais e os protocolos aplicáveis, entendendo-se que a responsabilidade pela guarda e vigilância se refere à diligência esperada de uma instituição pública no manejo de seus bens, não implicando vigilância ostensiva 24 (vinte e quatro) horas por dia ou responsabilidade por eventos de força maior ou caso fortuito, como furtos ou roubos ocorridos apesar das medidas de segurança razoáveis adotadas.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA COMODANTE

5.1. Ceder os equipamentos em comodato ao COMODATÁRIO, nas condições e prazos estabelecidos neste contrato, no Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços.

5.2. Fornecer todas as informações técnicas, catálogos, manuais e orientações necessárias para a correta instalação, utilização, manutenção e operação dos equipamentos.

5.3. Realizar a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, sem ônus para o COMODATÁRIO.

5.4. Substituir o equipamento defeituoso, inoperante ou incompatível por outro de características equivalentes ou superiores, garantindo a continuidade da execução contratual, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, salvo situação técnica excepcional devidamente justificada e aceita pela Administração.

5.5. Disponibilizar equipamento substituto durante a assistência técnica, quando a retirada do bem inviabilizar a continuidade do serviço.

5.6. Informar ao COMODATÁRIO, em até 4 (quatro) horas, qualquer ocorrência que possa comprometer o funcionamento regular dos equipamentos.

5.7. Suportar todas as despesas com transporte, instalação, manutenção, revisão, substituição, assistência técnica, desinstalação e retirada dos equipamentos.

5.8. Assegurar que os equipamentos estejam em conformidade com as exigências sanitárias, de segurança e regulatórias pertinentes, inclusive as normas técnicas e regulatórias aplicáveis às bombas de infusão e bombas de seringa.

5.9. Os equipamentos deverão ser entregues com manutenção preventiva e calibração em periodicidade não superior a 12 (doze) meses, sem ônus ao Município.

5.10. A assistência técnica para manutenção corretiva deverá ocorrer em até 2 (dois) dias úteis após a solicitação.



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

5.11. Caso o conserto não possa ser realizado no local e o equipamento permaneça indisponível por prazo superior a 2 (dois) dias, a COMODANTE deverá fornecer equipamento igual, em perfeitas condições de uso, como backup, sem ônus ao Município.

5.12. A entrega, revisão, manutenção e substituição em caso de danos, mal funcionamento ou defeitos serão de responsabilidade exclusiva da COMODANTE.

5.13. Os equipamentos que, em período de 60 (sessenta) dias, apresentarem defeitos por mais de 3 (três) vezes, deverão ser substituídos por outro do mesmo modelo.

5.14. Será necessária a disponibilização de profissional capacitado para realização de treinamento e orientação da equipe.

5.15. A COMODANTE deverá apresentar, até o quinto dia útil de cada mês do contrato, relatório de manutenção dos equipamentos, contendo, no mínimo:

- Modelo do equipamento;
- Número de série;
- Data de entrada;
- Data de devolução;
- Problema relatado;
- Problema encontrado e solução empregada;
- Quantidade de vezes que o equipamento esteve em manutenção nos últimos 60 dias.

5.16. Os equipamentos deverão ser instalados pela COMODANTE ou por seu representante autorizado, na presença de responsável designado pelo serviço de saúde, com realização de testes finais, ajustes e calibrações.

5.17. A instalação deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data de aceitação do equipamento, podendo ser prorrogada por mais 15 (quinze) dias se, por qualquer motivo, o local da instalação não estiver pronto.

5.18. Todos os acessórios que acompanham o produto devem ser originais do fabricante, não sendo aceitos acessórios não recomendados pelo fabricante.

5.19. Quaisquer alterações ou revisões do objeto e obrigações estabelecidas neste contrato deverão ser formalizadas mediante Termo Aditivo ou apostilamento, conforme o caso e a natureza da alteração.

CLÁUSULA SEXTA – DA MANUTENÇÃO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E SUBSTITUIÇÃO

6.1. A manutenção preventiva e corretiva será de responsabilidade integral da COMODANTE, sem qualquer custo para o COMODATÁRIO, ressalvadas as hipóteses de dano causado por uso indevido ou culpa comprovada do Município.



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

6.2. Em caso de defeito, a COMODANTE deverá providenciar o reparo ou a substituição do equipamento em prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, ou, quando a complexidade técnica impedir o reparo imediato, deverá fornecer equipamento substituto com as mesmas ou superiores características técnicas e funcionais.

6.2.1. A avaliação de eventual complexidade técnica que impeça o reparo imediato deverá ser formalmente comunicada e justificada pela COMODANTE, por escrito, no prazo máximo de 12 (doze) horas a contar da constatação do defeito, sujeitando-se à análise e aprovação expressa da Administração, que terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para manifestação.

6.3. Caso seja necessária a retirada do equipamento para manutenção, a COMODANTE deverá adotar as providências necessárias para que a prestação do serviço não seja interrompida, incluindo o fornecimento de equipamento substituto, sob pena de aplicação das sanções previstas neste contrato.

6.4. A substituição permanente de equipamento, modelo ou fabricante somente poderá ocorrer mediante justificativa técnica, comprovação de compatibilidade e anuência expressa da Administração, formalizada por apostilamento ou termo aditivo, conforme o caso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECOLHIMENTO DOS EQUIPAMENTOS

7.1. Quando do vencimento da Ata de Registro de Preços e posterior término dos produtos empenhados, a COMODANTE deverá fazer o recolhimento dos equipamentos no prazo de até 20 (vinte) dias, após ser informada pelo gestor e/ou fiscal da Ata de Registro de Preços, por comunicação oficial, acerca da sua liberação.

7.2. A retirada dos equipamentos deverá ser precedida de comunicação formal e agendamento, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias úteis, de modo a não comprometer a continuidade dos serviços de saúde.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

8.1. O prazo do presente contrato terá início na data de sua assinatura e vigorará até o término do saldo da Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico nº 65/2026, podendo este contrato ser rescindido antes, desde que a Ata de Registro de Preços seja igualmente rescindida.

8.2. O contrato poderá ser rescindido nas seguintes hipóteses:

- a) por acordo entre as partes, formalizado por escrito;
- b) por descumprimento de cláusula contratual, mediante notificação para saneamento da irregularidade no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, salvo urgência, risco assistencial ou hipótese de inadimplemento grave;



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 92/2026 - DECOL

- c) por falhas recorrentes da COMODANTE no cumprimento de suas obrigações de manutenção, substituição ou suporte técnico, que, em conjunto, comprometam a operacionalidade e a continuidade dos serviços de saúde;
- d) por extinção, rescisão ou encerramento do contrato principal que deu origem ao comodato, inclusive da Ata de Registro de Preços vinculada;
- e) por interesse público devidamente motivado pela Administração;
- f) por superveniência de fato que inviabilize a manutenção da execução contratual.

8.3. Em caso de rescisão, o COMODATÁRIO deverá restituir os equipamentos à COMODANTE nas condições estipuladas neste contrato, ressalvado o desgaste natural decorrente do uso regular.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Os casos omissos neste contrato serão resolvidos de acordo com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, da legislação civil aplicável ao comodato e, subsidiariamente, com os princípios gerais do direito administrativo, sempre com observância e primazia do interesse público.

9.2. A eventual tolerância de uma das partes quanto ao descumprimento de qualquer cláusula contratual não importará novação, renúncia ou alteração das disposições aqui pactuadas.

8.3. Fica eleito o Foro da Comarca de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São José dos Pinhais/PR, XX de XXXX de 2026.

IRANI APARECIDA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Saúde
COMODATÁRIA

REPRESENTANTE LEGAL

NOME DO REPRESENTANTE
COMODANTE